

# Ikeda rejeita proposta para nova maxidesvalorização de 40%

10 FEB 1983

JORNAL DE BRASÍLIA

O chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Akihiro Ikeda, afirmou ontem que a política cambial do país para este ano já foi fixada e não será alterada. Ele descartou inteiramente uma maxidesvalorização do cruzeiro.

A proposta de uma maxidesvalorização do cruzeiro em 30 ou 40 por cento foi defendida anteontem pelo ex-ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, e pelo economista Adroaldo Moura da Silva, professor da Universidade de São Paulo e assessor da Seplan, durante palestra para empresários que integram o Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Segundo Simonsen e Adroaldo Moura da Silva, a maxidesvalorização é o caminho mais curto, simples e menos custoso para reduzir as taxas de juros internas.

Comentando essa proposta, Ikeda disse apenas a que "as regras para a política cambial já estão fixadas e não vão mudar". No dia 11 de dezembro, do ano passado, o Conselho Monetário Nacional definiu que a política cambial do país será administrada da seguinte maneira: as desvalorizações do cruzeiro serão feitas de tal forma que a taxa de câmbio apresente uma variação mensal superior em um por cento, em relação à inflação. Ao final de 1983, a desvalorização cambial ficará 12 por cento acima da inflação anual.

Na mesma reunião, o governo descartou o mecanismo das maxidesvalorizações. Disse que o mecanismo a ser adotado continuará sendo o das minidesvalorizações, que serão intensificadas para que se possa alcançar o diferencial de 12 por cento. Essa política cambial também consta da Carta de Intenção negociada pelo governo brasileiro

com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no final de dezembro do ano passado.

## JUROS

Mesmo afirmando que "o governo continua interessado em reduzir as taxas de juros no mercado interno", Akihiro Ikeda não acredita que a maxidesvalorização do cruzeiro seja o caminho para se chegar a esse objetivo. Ele disse que a idéia em estudo prevê a desvinculação das taxas de juros internas das taxas de juros no mercado internacional.

"Não adianta nada fazer uma maxidesvalorização, se as empresas vão repassar os custos para os preços. Nesse caso, o governo seria obrigado a executar uma rígida política monetária para impedir o repasse para os preços", disse Ikeda ao apontar os inconvenientes da proposta defendida pelo ex-ministro Simonsen e pelo professor Adroaldo Moura da Silva.

O chefe da Assessoria Econômica da Seplan, no entanto, afirmou que qualquer medida a no sentido de reduzir os juros internos somente será adotada pelo governo após o acerto final dos empréstimos externos indispensáveis para que o país feche o seu balanço de pagamentos este ano. Esses recursos, no montante de US\$ 4,4 bilhões, estão sendo negociados e deverão ser contratados até o final deste mês, segundo previsão do ministro do Planejamento, Delfim Netto.

## COMÉRCIO

Akihiro Ikeda não vê vantagens na maxidesvalorização nem mesmo no campo do comércio exterior. Para ele, o fraco desempenho das exportações brasileiras em janeiro deste ano é consequência direta da recessão econômica mundial. "Houve uma quebra de vários parceiros comerciais do Brasil e a queda do nível geral do comércio", acrescentou.